



## Junta médica oficial deve decidir sobre necessidade de especialista nos casos de remoção por motivo de saúde

O Conselho da Justiça Federal (CJF) alterou, na última segunda-feira, dia 7 de agosto, a Resolução nº 3, de março de 2008, do próprio órgão, que obrigava a participação de especialista na junta médica oficial em casos de remoção, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal, por motivo de saúde do servidor, de seu cônjuge, companheiro ou dependente. O julgamento do tema foi retomado com a apresentação do voto-vista do conselheiro Thompson Flores, presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), no encontro realizado com participação do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Hilton Queiroz, na sede do CJF, em Brasília/DF.

Segundo a decisão tomada, à unanimidade, pelo Colegiado, foi estabelecido que, diante da necessidade da presença do especialista, os tribunais darão preferência a médicos do próprio órgão ou de outros órgãos e instituições. Além disso, o CJF decidiu alterar os termos “requisitar” e “profissionais”, previstos na minuta de resolução, por “solicitar” e “médicos”, respectivamente, a fim de tornar o texto mais claro.

Entenda – No caso em questão, os membros do CJF analisaram sugestão do TRF4 para que fosse retirada a obrigatoriedade de participação do especialista na junta médica, deixando a critério da própria junta médica a necessidade ou não de participação do profissional médico. Confira a íntegra desta matéria no portal do Tribunal, em “Notícias”.

## Justiça Federal deve auxiliar na implantação do BNMP 2.0

A Justiça Federal é fundamental para a implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), segundo declaração da presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, durante encontro com os presidentes dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), ocasião em esteve presente, entre eles, o presidente do TRF1, desembargador federal Hilton Queiroz. A reunião aconteceu na última terça-feira, dia 8 de agosto, em Brasília/DF.

Na oportunidade, a ministra destacou que a parceria com a Justiça Federal é essencial neste momento para se evitar expansão de organizações criminosas transnacionais. Isso porque muitos dos líderes das facções são criminosos condenados pela Justiça Federal por tráfico internacional de drogas, réus que operam essas organizações de dentro dos presídios. “O Poder Judiciário precisa de instrumentos para lidar com esses casos”, afirmou.

Confira a íntegra desta matéria no portal do Tribunal, em “Notícias”.

## Presidente visita Sistcon e conhece iniciativas exitosas do setor para melhorar a prestação jurisdicional



Ramon Pereira

A convite da coordenadora-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (Sistcon), desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Hilton Queiroz, visitou as instalações do Sistcon nesta terça-feira, 8 de agosto, para conhecer o trabalho da equipe e os bons resultados que as iniciativas e os projetos desenvolvidos e implementados na área estão alcançando.

No Sistcon, localizado na sobreloja do Edifício Dona Marta, em Brasília/DF, o presidente foi recebido pela desembargadora federal Maria do Carmo, que esclareceu a razão do convite: “Eu pedi a presença do nosso presidente aqui até como forma de agradecimento pelo apoio que ele tem nos dado mesmo diante de todas as dificuldades financeiras pelas quais a Justiça brasileira, especialmente a Federal, tem passado. O intuito é mostrar o trabalho que está sendo realizado com parceria do INSS e em que se transformou hoje este Núcleo de Conciliação, que tem competência absoluta para fazer as conciliações. O trabalho que fazemos com órgãos públicos e privados tem dado bons resultados, tais como os projetos de conciliação com a Fazenda Nacional, União, INSS, DNIT, ICMBio, Caixa Econômica Federal, enfim, com todos os órgãos que nos procuram para conciliar”, destacou a coordenadora do SistCon.

Hoje, o Núcleo Central de Conciliação do TRF1 conta com acervo de aproximadamente 25 mil processos, e as parcerias com órgãos envolvidos nessas causas têm sido essenciais [\[Leia mais\]](#)

## Inscrições para o I Congresso Ibero-Americano de Direito Penal e Filosofia da Linguagem continuam abertas

Continuam abertas as inscrições para o I Congresso Ibero-Americano de Direito Penal e Filosofia da Linguagem, que acontecerá em Curitiba nos dias 24 e 25 de agosto. Os interessados devem se inscrever na página do evento (<https://congressodplinguagem.v.peventos.com>). Confira a íntegra desta matéria no portal do Tribunal, em “Notícias”.